



ENTREVISTA INTERVIEW

Entrevista com a Deputada Estadual Renata Souza■ **Cristiane Brandão Augusto**

e-mail: pedipe@gmail.com

■ **Carolina Cagetti**

e-mail: carolcagetti@gmail.com

■ **Murilo Peixoto da Mota**

e-mail: muriloufrj@gmail.com

Entrevista realizada em 05/05/2026.

Renata Souza é deputada estadual no Rio de Janeiro pelo PSOL-RJ, a mulher mais votada da história da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), jornalista e ativista de direitos humanos. Nascida e criada no Complexo da Maré (Zona Norte do Rio de Janeiro-RJ). É jornalista e tem pós-doutorado em Comunicação e Cultura. Atua há mais de 20 anos na defesa dos direitos humanos e foi chefe de gabinete da vereadora Marielle Franco.

METAXY - *As mulheres atuam na intersecção entre o espaço privado e público, além de liderar movimentos de base com protagonismo e resistência. Quais políticas públicas você considera mais urgentes para reduzir as desigualdades e promover a equidade social, política e econômica entre mulheres e homens no Brasil?*

RS - A desigualdade de gênero no Brasil não é um fenômeno isolado. Na realidade, ela se articula estruturalmente com o racismo e com a exploração de classe, de modo que qualquer política pública efetiva precisa partir dessa leitura interseccional. Essa desigualdade também se sustenta na divisão histórica entre o espaço privado e o espaço público, que atribui às mulheres a responsabilidade desproporcional pelo trabalho de cuidado, invisibilizado, não remunerado e, muitas vezes, naturalizado como dever. A partir desse cenário complexo, entendo que não devemos acrescentar recortes à margem de uma agenda universal, mas, antes de tudo, reconhecer que as mulheres negras e periféricas carregam, de forma acumulada, os efeitos de múltiplas formas de opressão.

Entrevista *Interview*

Nessa perspectiva, considero urgentes: a ampliação das políticas de autonomia econômica para mulheres chefes de família, com garantia de renda, acesso a creches públicas e qualificação profissional que não reproduza a segmentação de gênero no mercado de trabalho; o reconhecimento e a redistribuição do trabalho de cuidado, com políticas públicas que desonerem as mulheres e ampliem a corresponsabilidade social e estatal; a efetivação de cotas e mecanismos de paridade nos espaços de poder político e nas estruturas da administração pública; e a implementação consistente de políticas de saúde integral para mulheres, que combatam o racismo institucional, ainda responsável por mortes evitáveis.

Acredito que promover a equidade social, política e econômica entre as mulheres, aliás, também depende da presença das mulheres na política. Essa presença é condição para que as pautas que nos dizem respeito deixem de ser tratadas como secundárias na agenda legislativa e passem a ocupar o centro das decisões sobre a vida pública.

METAXY - *Apesar do Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio, da criação de delegacias especializadas e das políticas de acolhimento às mulheres, nos encontramos diante desse cenário alarmante de feminicídios no Brasil. Como você analisa essa conjuntura?*

RS - Os dados sobre feminicídio no Brasil revelam uma contradição que não pode ser naturalizada: temos um arcabouço legal e institucional que avançou significativamente nas últimas décadas — a Lei Maria da Penha, a tipificação do feminicídio como crime hediondo, a criação de delegacias especializadas —, e ainda assim as mulheres continuam sendo assassinadas em números que configuram uma crise humanitária.

Essa contradição tem uma explicação estrutural. A lei, por si só, não transforma as relações de poder que sustentam a violência de gênero. O que observamos é que o Estado aplica de forma seletiva e insuficiente os instrumentos que ele mesmo criou ou porque faltam recursos para as casas de acolhimento, ou porque faltam servidoras capacitadas para o atendimento especializado, ou, mesmo, porque faltam políticas de educação que interrompam, desde a infância, a reprodução das hierarquias de gênero.

A situação se agrava quando incorporamos o recorte racial: mulheres negras são as principais vítimas de feminicídio no país e, ao mesmo tempo, as que encontram mais obstáculos no acesso à proteção do Estado. Isso não é coincidência, mas resultado de um racismo estrutural que permeia também as instituições responsáveis pela segurança pública.

Diante desse cenário, inclusive, no início deste ano, apresentamos o pedido de instauração

Entrevista *Interview*

de uma CPI na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro para apurar o aumento dos casos de feminicídio, identificar gargalos institucionais e propor medidas concretas de enfrentamento. Entendo que enfrentar o feminicídio exige vontade política real para financiar, implementar e fiscalizar as políticas que já existem, o que, muitas das vezes, é até mais urgente do que atualizações normativas no nosso contexto.

METAXY - *Quais os desafios para as efetivas implantações de políticas públicas voltadas para a promoção cultural das mulheres e para a garantia dos direitos humanos?*

RS - A cultura é um campo de disputa. As expressões culturais produzidas por mulheres — especialmente mulheres negras e periféricas — enfrentam barreiras que vão desde o subfinanciamento até o apagamento sistemático de sua memória e de sua contribuição à vida cultural brasileira. Quando falamos em políticas de promoção cultural com perspectiva de gênero e direitos humanos, estamos falando de reverter esse processo histórico de invisibilização.

Os desafios são de naturezas distintas, mas interligados. O primeiro é orçamentário: os fundos de cultura no Brasil ainda distribuem recursos de forma que reproduz as desigualdades existentes, privilegiando formatos e agentes culturais já consagrados pelo mercado. O segundo é institucional: faltam marcos regulatórios que garantam representatividade nos conselhos de cultura, nas comissões de seleção e nos espaços de decisão sobre o que o Estado financia e celebra. O terceiro é epistemológico: é preciso reconhecer como cultura e como objeto legítimo de política pública as formas de expressão que nascem nas favelas, nas periferias, nas comunidades quilombolas, nos terreiros.

É nesse sentido que iniciativas como a Política Estadual Mais Mulheres na Cultura, que propusemos no Rio de Janeiro, buscam enfrentar essas distorções de forma concreta, ao prever, por exemplo, a reserva de vagas para mulheres em editais, a participação paritária em comissões de avaliação e a incorporação de critérios de diversidade na distribuição de recursos públicos.

A garantia dos direitos humanos passa, inevitavelmente, pelo direito à cultura. Uma população privada de ver a si mesma representada, de produzir e de acessar bens culturais, é uma população mais vulnerável à negação de todos os outros direitos.

METAXY - *A senhora tem sido alvo constante de ameaças racistas e misóginas. Como parlamentar que atua na linha de frente, como tem atuado para ampliar denúncias e para proteger mulheres negras?*

Entrevista *Interview*

RS - As ameaças que recebo não são direcionadas a mim como indivíduo. Elas são uma mensagem enviada a todas as mulheres negras que ousam ocupar espaços de poder: este lugar não é para você. Compreender esse caráter político das ameaças é o primeiro passo para respondê-las de forma adequada, denunciando e ampliando a presença onde tentam nos diminuir.

No plano institucional, tenho atuado na construção de mecanismos de proteção a parlamentares e lideranças políticas negras, articulando com organismos nacionais e internacionais de direitos humanos. A denúncia em instâncias mais amplas é uma ferramenta legítima quando os mecanismos domésticos se mostram insuficientes.

No plano legislativo, tenho trabalhado para dar visibilidade à violência política de gênero e raça como categoria específica, distinta da violência comum, e para criar mecanismos que assegurem às mulheres negras — parlamentares, lideranças comunitárias e ativistas — proteção efetiva e não apenas formal. Nesse sentido, propusemos tanto a atualização do Regimento Interno da Assembleia para coibir práticas de violência política de gênero no próprio espaço institucional, quanto a criação de uma Política Estadual de Enfrentamento à Violência Política de Gênero, com definição de condutas, canais de denúncia e medidas de responsabilização.

Proteger as que lutam é proteger a democracia.

METAXY - *Poderia destacar os momentos mais desafiadores de sua trajetória política?*

RS - Há um momento que precede todos os outros e os organiza: o assassinato de Marielle Franco, em 14 de março de 2018. Perder Marielle — minha amiga desde os tempos do pré-vestibular comunitário, minha companheira de militância por quase duas décadas, a parlamentar cujo gabinete eu coordenava — foi uma ruptura irreparável. Diante daquela perda, me vi diante de uma escolha que, no fundo, não era uma escolha: era uma exigência ética. Não era possível recuar.

Candidatar-me e ser eleita deputada estadual em 2018, no mesmo ano em que Marielle foi executada, foi ao mesmo tempo o momento mais difícil e o mais significativo de minha trajetória. Significativo porque aqueles 63 mil votos eram a expressão de um povo que se recusava a aceitar que o assassinato de uma parlamentar significasse o silêncio do projeto que ela representava.

Depois disso, enfrentar a tentativa de cassação do meu mandato — articulada pelo então governador Wilson Witzel como retaliação às minhas denúncias às Nações Unidas sobre as violações de direitos humanos praticadas pela política de segurança do estado — foi um

Entrevista *Interview*

teste ao que a democracia representativa ainda suporta quando é desafiada de dentro de suas próprias instituições. Resistir a essa tentativa foi afirmar que o mandato popular não se curva a pressões autoritárias.

METAXY - *Anos se foram após o assassinato de Marielle Franco, de quem a senhora foi assessora, como o seu mandato como deputada estadual mantém vivo o legado da defesa dos direitos humanos no Rio de Janeiro?*

RS - Acho que Marielle Franco era a exceção que confirmava a regra e que sua presença na política era prova de que a regra — de que as mulheres negras não ocupam esse espaço institucional — precisava mudar. Manter vivo o seu legado é continuar a transformar essa regra.

Em termos concretos, isso significa muitas coisas na minha atuação. Acho que presidir a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Alerj e a Comissão Especial de Favelas e Periferias, levando para dentro das instituições as pautas que os movimentos sociais constroem nas ruas e nas comunidades, é uma delas. Compreendo, também, que significa fiscalizar políticas de segurança pública que ainda matam jovens negros a cada minuto, como se o genocídio fosse uma fatalidade e não uma escolha política.

Mas o legado de Marielle é, sobretudo, uma forma de estar na política: com os pés fincados na favela, com os olhos na Constituição e com o compromisso inabalável de que a democracia só se realiza quando inclui os que sempre foram excluídos. Esse é o mandato que exerço. Esse é o mandato que ela nos ensinou a exigir.

Como citar:

AUGUSTO, Cristiane Brandão; CAGETTI, Carolina; MOTA, Murilo Peixoto. Entrevista com a Deputada Estadual Renata Souza (PSOL-RJ). Revista Metaxy, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v. 7, n. 7.1, p. 278-282, 2026. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Metaxy>